



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA PREENCHIMENTO DE QUATRO POSTOS DE TRABALHO, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – PROCEDIMENTO 3C/2016, ASSISTENTE TÉCNICO (DOIS POSTOS DE TRABALHO)

AVISO N.º 1

Conteúdos temáticos da prova de conhecimentos

1 – Em cumprimento do disposto no 11.1 do Aviso de Abertura, publicado sob o n.º 1061/2017, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 25-jan-2017, torna-se pública a bibliografia e legislação necessárias à preparação da prova escrita de conhecimentos relativa ao procedimento concursal para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, conforme aprovado em reunião do Júri realizada em 13-jan-2016:

2 – A prova incidirá sobre as seguintes temáticas:

a) Geral:

- Constituição da República Portuguesa
- Código do Procedimento Administrativo;
- Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas;
- Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;
- Regime da organização dos serviços das autarquias locais;
- Regime geral das taxas das autarquias locais;
- Orçamento de estado para 2017;
- Espaços do Cidadão

b) Específica:

- Carta europeia de autonomia local;
- Eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais;
- Estatuto do Direito de Oposição;
- Estatuto dos eleitos locais;
- Incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos;
- Limitação mandatos dos presidentes dos órgãos executivos autarquias locais;
- Vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores em funções públicas;
- Direitos e deveres dos trabalhadores em funções públicas;
- Regime disciplinar dos trabalhadores em funções públicas
- Regime de Férias, Faltas e Licenças;
- Tabela Remuneratória Única;
- Orgânica do Município de Monchique
- Plano oficial de contabilidade das autarquias locais (POCAL)
- Lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas;
- Procedimentos necessários à aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Regime jurídico da recuperação financeira municipal;
- Código dos contratos públicos (CCP);
- Códigos Tributários (Imposto sobre Rendimentos Singulares, Imposto sobre rendimentos Colectivos, Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de imóveis, Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto de Selo e imposto Único Automóvel);
- Acesso e exercício no licenciamento zero;
- Atendimento prioritário.



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

3 – Para a realização da prova escrita de conhecimentos, que incidirá sobre as temáticas descritas no ponto 2, sugere-se a seguinte legislação e bibliografia:

- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07-jan;
- Lei n.º 35/2014, de 20-jun, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19-ago, Lei n.º 82-B/2014, de 31-dez, Lei n.º 84/2015, de 07-ago, Lei n.º 18/2016, de 20-jun e Lei n.º 42/2016, de 28-dez;
- Lei n.º 75/2013, de 12-set, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 01-nov, Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11-nov, Lei n.º 25/2015, de 30-mar, Lei n.º 69/2015, de 16-jul, Lei n.º 7-A/2016, de 30-mar e Lei n.º 42/2016, de 28-dez;
- Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, de 23-out;
- Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14-ago, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5-A/2001, de 26-nov, Lei Orgânica n.º 3/2005, de 29-ago, Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15-dez, Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30-nov, e Lei n.º 72-A/2015, de 23-jul;
- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03-set;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28-dez com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31-dez, Lei n.º 55-A/2010, de 31-dez e Lei n.º 66-B/2012, de 31-dez;
- Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Set;
- Lei n.º 24/98, de 26-mai;
- Lei n.º 29/87, de 30-jun, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 97/89, de 15-dez, Lei n.º 1/91, de 10-jan, Lei n.º 11/91, de 17-mai, Lei n.º 11/96, de 18-abr, Lei n.º 127/97, de 11-dez, Lei n.º 50/99, de 24-jun, Lei n.º 86/2001, de 10-ago, Lei n.º 22/2004, de 17-jun, Lei n.º 52-A/2005, de 10-out e Lei n.º 53-F/2006, de 29-dez;
- Lei n.º 64/93, de 26-ago, com as alterações pela Lei n.º 39-B/94, de 27-dez, Lei n.º 28/95, de 26-ago, Lei n.º 12/96, de 18-abr, Lei n.º 42/96, de 31-ago, Lei n.º 12/98, de 24-fev, Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27-mar e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30-nov;
- Lei n.º 8/2012, de 21-fev, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2012, de 14-mai, Lei n.º 64/2012, de 20-dez, Lei n.º 66-B/2012, de 31-dez e Lei n.º 22/2015, de 17-mar;
- Lei 46/2005, de 29-ago;
- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22-fev, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14-set, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 02-dez, Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 05-abr e Lei n.º 60-A/2005, de 30-dez;
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21-jun, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2012, de 20-dez, Lei n.º 66-B/2012, de 31-dez e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02-jun;
- Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23-out;
- Lei n.º 73/2013, de 03-set, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 01-nov, Lei n.º 82-D/2014, de 31-dez, Lei n.º 69/2015, de 16-jul, Lei n.º 132/2015, de 04-set, Lei n.º 7-A/2016, de 30-mar, Declaração de Retificação n.º 10/2016, de 25-mai e Lei n.º 42/2016, de 28-dez;
- Lei n.º 53-E/2006, de 29-dez, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31-dez e Lei n.º 117/2009, de 29-dez;
- Lei n.º 53/2014, de 25-ago, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16-jul;
- Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01-abr, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11-jul e Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16-jan;
- Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29-ago;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29-jan, com as seguintes alterações introduzidas pela Declaração de rectificação n.º 18-A/2008, de 28-mar e Lei n.º 59/2008, de 11-set, Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11-set, Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02-out, Lei n.º 3/2010, de 27-abr, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14-dez, Lei n.º 64-B/2011, de 30-dez, Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12-jul e Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02-out;



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

– CÂMARA MUNICIPAL –

- Portaria n.º 1553-D/2008, de 31-dez;
- Portaria n.º 359/2013, de 13-dez;
- Códigos Tributários (IRS, IRC, IVA, IMT, IMI, IS, IUC)
- Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01-ago, alterado pela Lei n.º 40/2016, de 19-dez;
- Lei n.º 42/2016, de 28-dez;
- Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13-mai;
- Despacho n.º 13080/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 31-out.

4 – Na prova de conhecimentos os candidatos podem munir-se da documentação que considerem necessária e adequada, não sendo admitida a consulta em formatos digitais ou electrónicos.

Monchique, 27 de janeiro de 2017

A Presidente do Júri,

Dra. FILIPA ISABEL FRANCISCO DOMINGOS